

SA9776

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima - Quarta Sessão Ordinária

21 - 28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/808 (XXIV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO
TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS DA UA (LSAC), ADIS
ABEBA, ETIÓPIA, 8-12 DE ABRIL DE 201**

SA9776

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Tel : +251 11 551 77 00

Fax: +251 11 551 78 44

**9^a SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS
COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA
11 – 12 DE ABRIL DE 2013
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

LSAC/MIN/REPORT (IX)

**TEMA: “Melhorar as capacidades de Instituições do Mercado de Trabalho
em África para Fazer Face aos Desafios Actuais e Futuros”**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA, ADIS
ABEBA, ETIÓPIA, 11 – 12 DE ABRIL DE 2013**

INTRODUÇÃO

1. Teve lugar no Centro de Conferências da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 11 a 12 de Abril de 2013, a Reunião dos Ministros da 9ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana (LSAC9), subordinada ao tema ***"Melhorar a Capacidade das Instituições do Mercado de Trabalho em África para Fazer Face aos Desafios Actuais e Futuros"***.

PRESENCAS

2. A Reunião dos Ministros contou com a presença dos Representantes dos Estados Membros e dos Parceiros Sociais dos seguintes Estados Membros da UA, alguns dos quais não incluíam parceiros sociais nas suas delegações : África do Sul, Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, República Árabe Democrática Saaraui, República Democrática do Congo, Seyshelles, Senegal, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe. 25 delegações eram encabeçadas por ministros.

3. Estiveram representados os seguintes Órgãos da UA: Comunidades Económicas Regionais, Organizações Intergovernamentais e Não-Governamentais e parceiros de cooperação a seguir: Business Africa, Conférence Internationale de la Prévoyance Sociale (CIPRES), **Associação Mundial do Emprego e Função Pública (WAPES)**, Serviços da Função Pública Suecos, World Solidarity International, Globalização e Organização das Mulheres e Emprego Informal (WIEGO), , Solidariedade Internacional Mundial, Centre Regional Africain de l'Administration du Travail (CRADAT), Conselho de Coordenação dos Sindicatos da África Austral (SATUCC), Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Confederação Internacional dos Sindicatos – (ITUC-AFRICA), Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos (OATUU), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) Organização Mundial da Migração (OIM), Desenvolvimento da Autoridade Intergovernamental (IGAD), Comunidade da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), **UNWOMEN**, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, FNUAP, Embaixada do Estado da Palestina, Embaixada dos Estados Unidos da América, Delegação UE junto à UA, Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

ABERTURA OFICIAL

4. **Um Representante dos Trabalhadores, o Sr. Owei LAKEMA**, salientou a necessidade de a LSAC garantir que se respeite a sua natureza tripartida e que as delegações que não satisfazem o conjunto destes requisitos sejam sancionadas nas sessões futuras. Ele destacou ainda a importância de uma força de trabalho educada e sublinhou os actuais desafios que os trabalhadores enfrentam no exercício dos seus direitos fundamentais.

5. **O Representante dos Empregadores, o Sr. Azad Jeetun (Business África)** observou que a LSAC é um modelo de consulta pertinente ao desenvolvimento sustentável. Daí, as suas reuniões devem ser realizadas anualmente. Ressaltou a necessidade de se aumentar o investimento no capital humano como um elemento necessário para um ambiente propício para o desenvolvimento do sector privado.

6. **O Director Regional da OIT para África, o Charles Dan**, destacou as positivas projecções de crescimento económico para a África ao longo das próximas duas décadas, mas salientou a importância das políticas macroeconómicas e do trabalho que promovam o desenvolvimento económico e social. No que se refere ao desenvolvimento da juventude, ele sublinhou a importância da combinação correcta das políticas macroeconómicas e do mercado de trabalho, para promover a criação de emprego para jovens. Ressaltou igualmente a importância do desenvolvimento inclusivo e sustentável e, portanto, o passo na direcção certa, incluindo a promoção do trabalho digno e melhoria do acesso à protecção social na agenda do desenvolvimento pós-2015.

7. **S.E. Dr^a. Adrienne Diop, Comissária para o Desenvolvimento Humano e Género, da Comissão da CEDEAO**, informou ao Conselho sobre iniciativas e realizações por parte do organismo regional no reforço dos programas do trabalho, emprego e assuntos sociais. Entre outras, ela mencionou o Fórum de Diálogo Social Tripartido da CEDEAO, a Convenção de Segurança Social da CEDEAO os seus mecanismos administrativos e o Plano de Acção sobre o Emprego da CEDEAO para a Juventude, adoptado em 2012, destinado a enfrentar os desafios do desemprego dos jovens. Igualmente, estão em curso iniciativas destinadas a fazer face aos desafios de tráfico de drogas e de pessoas. No entanto, S.E. Comissária Diop lamentou a crescente prevalência do Trabalho Infantil na África Ocidental, agravada por altos níveis de pobreza, analfabetismo, urbanização, conflitos armados e instabilidade política.

8. Na sua alocução, o **Comissário da UA para os Assuntos Sociais, Dr. Mustapha Sidiki Kaloko**, destacou os principais desafios que o continente enfrenta, que são a baixa produtividade e o aumento da migração laboral intra e inter-regional. O Comissário disse que é imperativo abordar questões de produtividade, acelerando a implementação da Agenda de Produtividade da UA para África, bem como o Quadro de Políticas de Migração da UA, tendo em conta as políticas pertinentes das convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Organização Internacional da Migração. Ele desafiou os Estados Membros a se esforçarem para honrar o seu compromisso de reduzir o desemprego de jovens e mulheres em 2% por ano. O Dr. Kaloko encorajou a África a aproveitar as vantagens do sector informal no desenvolvimento de sistemas inovadores do mercado de trabalho. Para este fim, pode-se criar um observatório da economia informal, preparando o terreno para o estabelecimento de um Centro Africano sobre a Economia Informal.

9. No seu discurso, a Presidente cessante da LSAC8, S.E. Doreen Sioka (**Ministra do Trabalho e Previdência Social, República da Namíbia**) informou aos delegados sobre as actividades da Mesa da LSAC desde 2011. Destacou os esforços no sentido de forjar a unidade entre os Estados Membros através da articulação das posições comuns africanas para a Conferência Internacional do Trabalho (CIT). A Ministra propôs que a nova Mesa crie um grupo de trabalho para coordenar a campanha mais ampla de África para a ratificação do Instrumento da Emenda de 1986 aos Estatutos da OIT. S.E. Sioka concluiu a sua intervenção apoiando a inclusão do pleno emprego produtivo e trabalho digno como um objectivo central da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

PONTO 1 DA AGENDA: QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

A.) Eleição da Mesa

10. Após as devidas consultas, os Ministros elegeram a Mesa da LSAC composta pelos seguintes membros:

Presidente:	Líbia	(África do Norte, Governo)
1º Vice Presidente:	Zimbabwe	(África Austral, Governo)
2º Vice Presidente:	Camarões	(África Central, Trabalhadores)
3º Vice Presidente:	Etiópia	(África Oriental, Trabalhadores)
Relator:	Mali	(África Ocidental, Governo)

11. No seu discurso de tomada de posse, o Presidente eleito da LSAC9, **S.E. Mohamed Swalem, Ministro do Trabalho da Líbia**, agradeceu a Etiópia pela

hospitalidade e expressou a confiança de que a LSAC9 iria responder aos desafios no domínio do trabalho e emprego no Continente.

B.) Adopção da Agenda e do Programa dos Trabalhos

12. A reunião aprovou a agenda e o programa dos trabalhos da reunião, incluindo um ponto sobre "A situação dos Trabalhadores na Palestina" e uma breve informação pela CUA sobre as celebrações do 50º Aniversário da OUA/UA.

PONTO 2 DA AGENDA: PAINEL DE DISCUSSÃO SOBRE O TEMA DA CONFERÊNCIA

13. Teve lugar um painel de discussão sobre o tema da 9ª Sessão Ordinária, a saber, **"Melhorar da Capacidade das Instituições do Mercado de Trabalho em África para Fazer Face aos Desafios Actuais e Futuros"**. O Sr. Charles Dan, Director Regional da OIT moderou o painel. Os painelistas compreendiam a Ilustre Ministra do Trabalho da África do Sul, Sra. Mildred Olipnat e o Ilustre Ministro do Trabalho e Segurança Social dos Camarões, Sr. OWONA Grégoire. S.E. Dr. Mustapha Sidiki Kaloko, Comissário para os Assuntos Sociais, apresentou um resumo do painel de discussão sobre o tema da reunião dos Peritos.

14. A Ministra Sul-africana do Trabalho fez uma introdução do tópico sobre o diálogo social. Este diálogo é essencial para responder aos desafios económicos das nações africanas. As instituições de Diálogo Social são fundamentais para o governo, o trabalho, os sindicatos, empresários e organizações comunitárias para cooperar, questões construir consensos sobre crescimento económico, produtividade, educação e desenvolvimento de aptidões profissionais, industriais, sociais, laborais de desenvolvimento Social Dialogue, laborais e de desenvolvimento.

Ela deu alguns exemplos específicos sobre o funcionamento do diálogo social na África do Sul, descrevendo o papel chave que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e Laboral (NEDLAC) desempenha na definição e implementação da política de emprego.

15. O objectivo do diálogo social deve ser de obter consenso sobre questões essenciais e permitir uma melhor comunicação entre os vários intervenientes. Um diálogo social funcional reforça a eficácia do mercado de trabalho e apoiar o crescimento sustentável e inclusivo.

16. Por sua vez, o Ministro do Trabalho e Segurança Social dos Camarões apresentou o tópico de Emprego na Função Pública (PES) e os sistemas de

informação sobre o mercado de trabalho. Achava que essas políticas estavam em harmonia com as constatações do Plano de Acção de Ouagadougou sobre a Promoção do Emprego e Alívio da Pobreza. Os da Função Pública podem ajudar a combater o desemprego, mas também pode contribuir para criar uma base de protecção social para todos. Os PESs eram fracos na implementação de políticas de emprego e, por isso, deveriam ser reforçados técnica e financeiramente. Os Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho geralmente eram ineficazes e não permitiam que os decisores dessem respostas adequadas aos problemas de emprego. O governo dos Camarões tomou uma série de medidas em resposta a esses problemas, que incluem a criação de um Conselho Nacional de Emprego, um balcão único para a integração de jovens, e vários fundos de promoção de emprego e facilitação de investimentos para a criação de emprego. Concluindo, o ilustre Ministro abriu debate sobre a forma de mobilização de recursos, tipos de cooperação a estabelecer a nível nacional, regional e continental, bem como tipos de reformas institucionais necessárias.

17. O moderador deu a palavra a todos os delegados, tendo participado no debate doze delegações.

18. A maior parte dos países confirmaram o seu interesse por um diálogo funcional que defenda os direitos dos parceiros sociais. Alguns países protegeram os direitos dos parceiros sociais através de disposições constitucionais. O diálogo social deve abordar todas as questões essenciais tais como a remuneração, as condições de trabalho, a saúde no trabalho, protecção social e segurança no trabalho, através de formação e apoio às PME e Microempresas (VSEs), apoio aos investimentos para a criação de emprego, incluindo o crescimento e a economia, etc.

19. Muitas delegações apelaram aos Estados Membros para compartilharem entre si as boas práticas. As delegações poderiam realizar visitas de intercâmbio para se inteirarem da forma como os Estados Membros abordaram alguns desafios de mercado de trabalho.

20. Quanto ao diálogo social, a questão fundamental de representação foi igualmente levantada. Mecanismos tais como eleições profissionais regulares podem ser criados com vista a assegurar que as pessoas representem os parceiros sociais o bastante para assinar acordos sindicais ou nacionais.

21. Foram colocadas várias questões sobre a situação dos trabalhadores informais e a melhor forma de seu envolvimento no diálogo social de modo a garantir a sua protecção social adequada.

22. As discussões também se centraram na questão dos Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho. Alguns países envidaram muitos esforços para integrar a recolha de dados, que são considerados muito importantes não só para melhor responder às necessidades, mas também para definir políticas eficazes e orientadas para o emprego. Para o efeito, há necessidade de capacitar as instituições competentes a fim de lhes permitir o cumprimento da sua missão.

23. O moderador concluiu os debates anunciando o lançamento da Iniciativa Conjunta do BAD-UA-OIT-ECA sobre o emprego para jovens e mulheres durante um almoço para todos os delegados

24. Após as discussões do painel sobre a Conferência, nas Reuniões de Peritos e dos Ministros, os Ministros tomaram as seguintes **decisões**:

- (a) capacidade dos Estados Membros para estabelecer Instituições eficazes do Mercado de Trabalho;
- (b) Estabelecimento do quadros legisladores sobre a Função Pública orientado pelas convenções relevantes da OIT;
- (c) O conceito de produtividade laboral deve ser reformulado e estar ligado a instituições do mercado de trabalho e iniciativas de capacitação;
- (d) A Função Pública deve incluir a promoção de emprego;
- (e) Facilitar o acesso aos mercados de trabalho para quem procura emprego;
- (f) Proporcionar oportunidades para recém-admitidos, para que possam adquirir experiência de trabalho;
- (g) Melhorar as perspectivas de emprego particularmente para os grupos vulneráveis;
- (h) Os Estados Membros devem incrementar as alocações orçamentais para a função pública;
- (i) Envolvimento dos países de origem, parceiros, União Europeia e outros países de destino para fazerem face aos desafios da migração irregular, especialmente em relação à violação dos direitos humanos;
- (j) Aplicação do regulamento das agências privadas de emprego, locais e estrangeiras;
- (k) Realização de pesquisas periódicas sobre o autonomização da mão-de-obra para analisar as habilidades disponíveis enquanto se identifica igualmente lacunas em termos de habilidades;
- (l) Transferência de recursos para a economia informal visando incluir a educação e formação, capital para o desenvolvimento de negócios e construção de infra-estruturas socioeconómicas;
- (m) Deve-se criar um Centro Africano para a Economia Informal.

PONTO 3 DA AGENDA: PREPARAÇÃO DA SESSÃO ESPECIAL SOBRE A DECLARAÇÃO E O PLANO DE ACÇÃO DE OUAGADOUGOU DE 2004 SOBRE A PROMOÇÃO DO EMPREGO E ALÍVIO À POBREZA

25. A reunião decidiu abordar este ponto da agenda no durante a análise do Relatório de Peritos.

PONTO 4 DA AGENDA: ANÁLISE E ADOÇÃO DO RELATÓRIO DE PERITOS**Relatório do Presidente da UA sobre a Implementação das Recomendações da 8ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da UA,**

26. Os Ministros tomaram as seguintes decisões em relação ao Relatório da Presidente da CUA;

- (a) As CERs devem considerar a questão da migração dos trabalhadores da região como um factor importante no desenvolvimento sustentável;
- (b) A Comissão é solicitada a analisar os quadros legais específicos sobre a administração de emprego e protecção social, que devem ser orientados para a harmonização dos quadros de trabalho e de protecção social;

Relatório Bienal de Acompanhamento da Implementação, Monitorização e Avaliação da Declaração e do Plano de Acção de Ouagadougou de 2004

27. No que diz respeito ao Relatório Bienal, a reunião tomou as seguintes decisões:

- (i) Os Estados Membros que ainda não submeteram o Relatório Bienal devem fazê-lo até Setembro de 2013. Deve-se consultar os trabalhadores e empregadores para que garantissem que os seus países submetam atempadamente o seu relatório, antes de Setembro. Os Estados membros que já submeteram o seu relatório são incentivados a submeter um relatório actualizado;
- (ii) Solicita-se à Comissão da UA a elaborar um relatório abrangente com base nos relatórios submetidos pelos Estados Membros.

Projecto do Pacto de emprego para Jovens e Mulheres

28. Após o debate, a reunião fez as seguintes **recomendações**:

- (a) O emprego para jovens e trabalho digno devem ser promovidos de acordo com os requisitos fixados pela OIT, no âmbito de uma abordagem inovadora;

- (b) A UA deve evitar sobrecarregar os Estados Membros com exigências de relatórios e as Linhas de Orientação não devem meramente repetir o que já consta no Plano de Acção de Ouagadougou de 2004 sobre o emprego dos jovens e das mulheres;
- (c) Como um pacto geralmente contém acções acordadas, estas devem ser descritas com clareza;
- (d) O pacto deve incluir disposições para proporcionar educação, formação e competências profissionais;
- (e) Há necessidade de harmonizar estratégias a nível continental, regional e nacional sobre promoção de emprego para jovens e mulheres;

Plataforma Pan-Africana de Cooperação Técnica Intra-Africana

29. Durante o debate, a reunião fez as seguintes **decisões** em relação à Plataforma:

- (a) Deve se enfatizar a capacitação dos inspectores de trabalho, segurança social e estágios profissionais bem como priorizar outros mercados profissionais;
- (b) Deve se reforçar a capacidade de instituições regionais de formação profissional (ARLAC, CRADAT, ACLAE);
- (c) Os Estados membros devem compartilhar os recursos, conhecimentos e aptidões nas áreas de trabalho, emprego e protecção social.

Estratégia de Comunicação para a Implementação do SPIREWORK

30. A reunião analisou a Estratégia de Comunicação e fez as observações a seguir:

- (a) A estratégia deve considerar as estratégias, experiências e melhores práticas de África e outras regiões do mundo já existentes, que tentaram expandir a protecção social para os trabalhadores pobres;
- (b) Os trabalhadores da economia informal e rural devem ser incluídos na implementação da estratégia de comunicação, uma vez que são geralmente excluídos;
- (c) A estratégia deve ter uma visão a longo prazo para garantir o seu impacto;
- (d) Os parceiros sociais devem estar no centro da estratégia, ao invés de ser marginalizados;
- (e) O grupo de trabalho técnico sobre o Emprego e Economia Informal deve identificar e desenvolver metas e indicadores para fins de monitorização e avaliação sobre o SPIREWORK, protecção e coesão social e produtividade;
- (f) É preciso identificar metas e indicadores para fins de monitorização e avaliação;
- (g) Os instrumentos, as abordagens, a coordenação e as análises devem ser harmonizados com vista a assegurar uma informação fidedigna e actividades eficazes;
- (h) O reforço de capacidade deve ser orientado para a estratégia de implementação devem ser realizados estudos anuais visando garantir que a estratégia seja actualizada e relevante;

- (i) Deve-se envidar esforços para inserir um ponto sobre o sector informal na agenda da CIT.

Relatório de Actividades sobre a implementação do Quadro de Harmonização e Coordenação do Mercado de Trabalho

31. A reunião tomou nota do relatório e adoptou as seguintes **decisões**:

- (j) Que o parágrafo seis deve se ler como “tripartido” e não “técnico”, uma vez que exclui outros actores;
- (iii) Que sejam realizados estudos nacionais sobre a força laboral, sob coordenação regional e nacional, tomando em consideração a natureza dos agregados familiares e os mercados de trabalho em África;
- (iv) O questionário para a recolha de dados deve incluir uma secção sobre as queixas e litígios.

Relatório sobre as Actividades dos Estados Africanos Membros do Conselho de Administração da OIT

32. Após as discussões, a reunião fez as seguintes **decisões**:

- (i) Incentivou os países africanos que ainda não o fizeram para ratificarem o Instrumento de Emenda dos Estatutos da OIT de 1986.
- (ii) Incluir as posições do Grupo Africano nas Secções e segmentos do Conselho de Administração (CA) no relatório.
- (iii) Os Estados Africanos Membros da CA devem apresentar resumos e o caminho a seguir sobre as secções e segmentos para os quais serviram como Portavozes.
- (iv) A eleição dos membros do CA deve ser incluída na agenda da Sessão Especial da LSAC em 2014, desde que a Sessão tenha lugar antes da CIT em 2014. As sub-regiões devem concluir as suas nomeações para submissão e endosso na Sessão Especial.
- (v) A agenda da Sessão Especial da LSAC em 2014 deve ser alargada de modo a incluir um ponto sobre a preparação da 103ª CIT em Junho de 2014.
- (vi) O Grupo Africano de Genebra deve cooperar com a sua contra-parte em Adis Abeba para identificar ambas as oportunidades para posições estratégicas dentro das organizações internacionais e os candidatos africanos adequados para o efeito.
- (vii) Um grupo de trabalho para a ratificação da Emenda de 1986 deve ser criado ao nível do Grupo Africano de Genebra e alargado a Adis Abeba e Nova Iorque.

Posição Comum sobre pontos específicos da Agenda da 102ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a ter lugar em Genebra, em Junho de 2013

33. A reunião tomou seguintes decisões em relação à Posição Comum:

- (i) Nas futuras sessões da LSAC, o ponto de agenda sobre Preparativos para a CIT deve incluir uma informação pela OIT a respeito dos documentos de trabalho da Conferência Internacional do Trabalho, destacando as questões e propostas chave para discussões dos comités;
- (ii) Os preparativos do Grupo Africano para as consultas tripartidas sobre o Comité de Aplicação das Normas devem ter lugar em Genebra antes da 102ª CIT. Além disso, os peritos dos ministérios devem enviar as suas propostas ao Grupo Africano em Genebra a fim de assegurar que todas as preocupações tripartidas sejam abordadas.
- (iii) Deve se envidar esforços para garantir o aumento da participação das mulheres nas delegações nacionais a participar nas reuniões da CIT, enquanto se observa o requisito de 30% membros femininos em cada delegação;
- (iv) Os membros Africanos do Conselho de Administração devem coordenar os projectos de documentos que devem ser distribuídos aos Estados Membros. Um dia antes da CIT, o Grupo Africano deve realizar uma reunião de coordenação para discutir os projectos das posições;
- (v) Há necessidade de explorar estratégias para aumentar a representação de africanos no seio da OIT, tal como um fundo para apoiar o estágio de jovens depois de obterem o grau de pós-graduação na OIT, com o objectivo de assegurar emprego a longo prazo na OIT.

34. Na preparação dos comités da CIT, os países a seguir manifestaram interesse em representar o Grupo Africano como Porta-vozes e/ou Presidir os comités técnicos da CIT:

- Nigéria, manifestou interesse de representar o Grupo Africano como porta-voz do Comité sobre Emprego e Protecção Social num novo contexto demográfico;
- Zâmbia, manifestou interesse de representar o Grupo Africano como porta-voz do Comité sobre Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Digno e Empregos Verdes;
- Zimbabwe, manifestou interesse de Presidir o Comité sobre Emprego e Protecção Social num novo contexto demográfico, acrescentando que se a África não assumir a presidência deste comité, então Zimbabwe gostaria de ser porta-voz do mesmo;
- O Sudão manifestou interesse de presidir o Comité sobre o Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Digno e Emprego Verde; e
- O Camarões manifestou interesse em representar o grupo Africano como Porta-voz no Comité do Diálogo Social.

Posição Comum Africana sobre a Agenda Pós-2015

35. Após a análise da Posição Comum, a reunião tomou as seguintes **decisões**:
- (a) Que seja acrescentado um pilar independente, em separado (resultado ou prioridade do desenvolvimento) sobre emprego pleno e produtivo e trabalho digno, apoiado pela protecção social;
 - (b) A Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais e os parceiros sociais devem ser envolvidos a nível nacional e colaborar plenamente com a CUA no desenvolvimento da Agenda Pós-2015, ODMs, e em todas futuras Posições Comuns relacionadas com o trabalho e emprego.

Preparação da Sessão Especial sobre a Declaração e o Plano de Acção de Ouagadougou de 2004 sobre a Promoção do Emprego e Alívio à Pobreza

36. A reunião Ministerial decidiu o seguinte em relação à Sessão Especial:
- (a) Os Estados Membros e as CERs que ainda não submeteram o Relatório Bienal devem fazê-lo até Setembro de 2013. Os trabalhadores e empregadores devem ser consultados a nível nacional e garantir que os seus países submetam atempadamente o seu relatório, antes de Setembro. Os Estados membros que já submeteram o seu relatório são incentivados a submeter um relatório actualizado;
 - (b) Solicita-se à Comissão da UA a elaborar um relatório abrangente com base nos relatórios submetidos pelos Estados Membros;
 - (c) A Comissão deve realizar uma avaliação minuciosa da implementação do Plano de Acção de Ouagadougou 2004;
 - (d) A Sessão Especial deve igualmente ser usada para preparar a CIT em 2014, particularmente para resolver as questões dos candidatos para as eleições no CA da OIT;
 - (e) A Mesa deve assumir um papel activo na elaboração da agenda para a Sessão Especial;
 - (f) A agenda da Sessão Especial deve incluir Emprego para Pessoas Portadoras de Deficiência;
 - (g) Um dos pontos da agenda da Sessão Especial deve ser “a transformação da economia informal em formal”, conforme decidiu o Conselho de Administração da OIT para discussão bienal sobre definição de padrão a iniciar em 2014. A CUA deve pesquisar as práticas seguidas nos Estados Membros com respeito a este tópico;
 - (h) A CUA deve preparar uma lista de instrumentos políticos que foram adoptados pelos Estados Membros e nas sessões da LSAC após 2004, que pudessem afectar a implementação da Declaração e do Plano de Acção de Ouagadougou;
 - (i) Deve se realizar avaliações nas sub-regiões sobre a implementação do Plano de Acção;
 - (j) Deve se considerar a possibilidade de uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado, precedida por uma Sessão Especial;

- (k) A Sessão Especial deve ter lugar em Abril de 2014, antes da Conferência Internacional do Trabalho; e
- (l) O Burkina Faso, a Namíbia e a Líbia manifestaram interesse de acolher a Sessão Especial. Após consultas entre os dois Estados Membros , a reunião adoptou a seguinte decisão final:
 - A Namíbia irá acolher a Sessão Especial em Abril de 2014; e
 - Burkina Faso acolherá a Cimeira Extraordinária em Setembro de 2014.

Iniciativa Conjunta da CUA-BAD-OIT-ECA sobre o Emprego para Jovens

37. Na sequência do lançamento da iniciativa acima referida, a reunião **decidiu** que a LSAC9 realça a importância da Iniciativa Conjunta e solicita aos parceiros para acelerar a sua formalização e que a CUA apresente a iniciativa ao Conselho Executivo e à Conferência em Maio de 2013.

INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELAS CERS, PARCEIROS SOCIAIS, AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DA UA E ORGANIZAÇÕES INTER-AFRICANAS

38. Os Ministros tomaram nota de que a reunião dos peritos recebeu uma informação das seguintes CERS: IGAD, CEDEAO, CEEAC e COMESA. As CERS informaram a reunião sobre as suas respectivas actividades.

39. Os Parceiros Sociais a seguir apresentaram os resumos dos seus relatórios perante a reunião de Peritos: ITUC-Africa, OATUU e Business Africa. Os Parceiros Sociais recomendaram a revisão dos métodos de trabalho da LSAC de modo a torná-la um órgão mais eficaz e tripartido.

Pontos apresentados pelos Estados Membros

40. Os seguintes assuntos foram analisados no Ponto da Agenda relativo aos pontos apresentados pelos estados membros:

- i) Apresentação pela Argélia do projecto de resolução da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais para apoiar a criação de um Instituto de Segurança Social na Argélia. A reunião apoiou a iniciativa avançada pelo Governo da Argélia.
- ii) Apresentação pelo Egipto de uma proposta para criação de um Sistema Africano Estrôncio de Informação do Mercado de Trabalho.

Data e Local da realização da LSAC10

41. A reunião analisou a data e o local da realização para a 10ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da UA. A Líbia ofereceu-se a acolher LSAC10 e a oferta foi unanimemente aceite com gratidão.

PONTO 5 DA AGENDA: SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PALESTINA

42. O representante do Estado da Palestina agradeceu aos Estados Membros da UA pelo apoio concedido ao seu país e destacou as medidas repressivas a que os trabalhadores estão sujeitos. Detalhou sobre as crescentes taxas de desemprego e da pobreza, bem como a situação económica cada vez a deteriorar no seu país. Fez alusão ao projecto de resolução sobre a situação dos trabalhadores da Palestina, que foi distribuída e aprovada. A Comissão manifestou apoio e solidariedade para com o Povo da Palestina e apoiaram a adoptou a Resolução.

PONTO 6 DA AGENDA: DIVERSOS

43. A reunião analisou os pontos sob DIVERSOS:

- (a) Informação apresentada por Sua Exa. o Dr. M.S. Kaloko, Comissário da UA para os Assuntos Sociais sobre as próximas Celebrações do 50º Aniversário da União Africana, subordinadas ao tema: “Pan-Africanismo e Renascimento Africano”, que decorrerão de 25 de Maio de 2013 a 25 de Maio de 2014. Realçou-se que a Etiópia assumirá um grande papel nas celebrações e que mensalmente haverá diferentes temas. Os Estados Membros são incentivados a realizar discussões, jogos de futebol, etc. Durante a próxima Cimeira que terá lugar em Maio de 2013, serão realizadas exposições culturais e um colóquio, entre outros eventos.

A Comissão tomou nota da informação.

PONTO 7 DA AGENDA: ADOPÇÃO DO RELATÓRIO DOS MINISTROS

44. A reunião dos Ministros adoptou o seu relatório, sujeito a inclusão de correcções.

ENCERRAMENTO

45. Em nome da Conferência, S.E. o **Modeste BAHATI LUKWEBO, Ministro do Trabalho e Segurança Social da República Democrática do Congo**, expressou a sua gratidão ao Governo e Povo da Etiópia, S.E. Dra. Dlamini Zuma, Presidente da CU, Dr. Mustapha Sidiki Kaloko, Comissário para os Assuntos Sociais e à Mesa cessante da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais pela realização da Sessão. Ele felicitou a Mesa da 9ª Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais e agradeceu aos delegados pela sua activa participação na reunião.

46. S.E. **Dr. Mustapha Sidiki Kaloko, Comissário para os Assuntos Sociais**, agradeceu os Ministros pelas suas contribuições e assegurou-lhes que as suas decisões e preocupações serão atendidas em prol da promoção da força de trabalho em África.

47. No seu discurso de encerramento, S.E. o Ministro do Trabalho da Líbia, Muhamed Sawalim, agradeceu os membros da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais por lhe ter eleito à Presidência da Mesa da 9ª Sessão ordinária. Ele comprometeu-se a empenhar-se para cumprir da melhor forma o seu mandato e trabalhar em prol da implementação das decisões e recomendações feitas durante a sessão.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Relatório Da 9ª Sessão Ordinária Da Comissão Do Trabalho E Assuntos Sociais Da UA (LSAC), Adis Abeba, Etiópia, 8-12 De Abril De 201

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4068>

Downloaded from African Union Common Repository